AMANDA SILVA SOUZA
LUDMILLA RIBEIRO BATISTA

A FRAGILIDADE DO VÍNCULO DOS JOVENS EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA COM O AMBIENTE ESCOLAR

Belo Horizonte
Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional
2015

AMANDA SILVA SOUZA
LUDMILLA RIBEIRO BATISTA

A FRAGILIDADE DO VÍNCULO DOS JOVENS EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA COM O AMBIENTE ESCOLAR

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Terapia Ocupacional da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais.

Linha de Pesquisa: Políticas sociais, território e jovens infratores.

Orientador:

Profª. Drª. Luciana Assis Costa

Belo Horizonte

Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional

2015

RESUMO

A presente pesquisa foi desenvolvida em Centros Socioeducativos de Privação de Liberdade em Belo Horizonte e regiões metropolitanas de Minas Gerais. Com objetivo de investigar possíveis fatores relacionados à evasão escolar precoce de jovens que cometeram atos infracionais como também a escolaridade do grupo familiar. Trata-se de um estudo qualitativo, realizado com oito jovens, de 12 a 18 anos, em cumprimento de medida socioeducativa de privação de liberdade. Para coleta de dados utilizou-se um roteiro semiestruturado e o material foi transcrito segundo análise de conteúdo. A discussão foi apoiada em teorias que buscam compreender fatores que podem estar relacionados à evasão precoce de jovens no ambiente escolar. Os dados demonstram que os fatores que motivaram a evasão precoce destes jovens estão relacionados à fragilidade do vínculo com o ambiente escolar, marcado por recorrentes repetências, ocorrências, suspensão e expulsão como medidas coercitivas, devido seus comportamentos que infringe as regras da escola como também o envolvimento precoce na criminalidade. Desta forma é preciso que as escolas construam outras possibilidades para os jovens e desmistifiquem os rótulos já adotados, possibilitando um olhar para uma realidade até então não percebida como possível.

Palavras chave: Juventude. Família. Escola.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente é com muita satisfação e felicidade que agradecemos...

A Deus, por toda força para enfrentarmos cada obstáculo e por todo carinho que teve conosco.

Aos nossos pais pelo incentivo, paciência e carinho ao longo desses anos.

A nossa família por todo apoio, entendimento, paciência e compreensão nos momentos de ausência.

Aos nossos amigos e familiares pelo carinho e por estarem sempre ao nosso lado.

Obrigada a todos os docentes que contribuíram e fizeram parte da nossa formação acadêmica e pessoal.

Aos nossos pacientes, que nos ensinam cada dia mais e nos dão força todos os dias para continuarmos empenhando para sermos ótimas Terapeutas Ocupacionais.

Obrigada, aos projetos aos quais fizermos parte, Ações Afirmativas, PET-Vigilância em Saúde, Centro Acadêmico de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (CAFITO), Fica Vivo e a Mediação Escolar, todos tiveram uma participação fundamental em nossa formação.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 5
2 MARCO TEÓRICO 6
2.1 Juventude 6
2.2 Educação no Brasil como direito e a Constituição de 1988 6
2.3 Relação do jovem com o ambiente escolar 8
2.4 Escola para os jovens envolvidos com atos infracionais 9
3 MÉTODO 11
4 RESULTADOS 13
4.1 Escolaridade dos jovens 13
4.2 Percepção do jovem sobre a relação com a escola- aspectos negativos e positivos 13
4.3 Escolaridade dos familiares 17
5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS 19
5.1 Perfil dos jovens em cumprimento de medidas socioeducativas no Brasil 19
5.2 Abandono Precoce 19
5.3 Visão do jovem sobre a escola 22
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS 24
REFERÊNCIA 25
ANEXO I 27

1 **INTRODUÇÃO**

A presente pesquisa propõe discutir sobre a escolaridade de jovens em cumprimento de medida socioeducativa em privação de liberdade, em centros socioeducativos em Belo Horizonte e regiões metropolitanas de Minas Gerais.

Assim, torna-se necessário investigar quais são os fatores que levaram esses jovens em cumprimento de medida socioeducativa de privação de liberdade se ausentar tão precocemente da escola.

O estudo foi organizado em seis capítulos: marco teórico, que buscará discutir o conceito de juventude. A educação no Brasil como direito e a Constituição de 1988, apresentando um breve histórico da educação no país e as regulamentações que garantem este direito. A relação do jovem com o ambiente escolar. E, por fim a escola para jovens envolvidos com atos infracionais.

O capítulo três compreende o método adotado na pesquisa, como também os instrumentos e procedimentos utilizados.

O quarto capítulo contempla os resultados da análise das entrevistas realizadas com os jovens em cumprimento de medida socioeducativa de privação de liberdade.

O quinto capítulo apresenta a discussão dos resultados apoiada em teorias que buscam compreender a relação frágil destes jovens com o ambiente escolar

E por último, as considerações finais.

Portanto, o objetivo da pesquisa foi identificar possíveis fatores relacionados à evasão escolar precoce de jovens em cumprimento de medida de privação de liberdade.

2 MARCO TEÓRICO

2.1 Juventude

Para Mandelli, Soares e Lisboa (2011) a juventude é compreendida como processo social em construção, relacionado com aspectos históricos e culturais, como também geracionais e biológicos, fundamentada na psicologia sócio- histórica e na sociologia da juventude. Desta forma, o termo juventude é para dar conta dessas diferenças, estas que necessitam de práticas diferenciadas, visando o suporte à diversidade.

As diferentes formas de manifestações dos jovens, os comportamentos cotidianos, os pensamentos e seus atos, nas suas perspectivas em relação ao futuro, que representa a identificação social é denominado por Pais (1990) como paradoxos da juventude. Esses paradoxos perpassam por várias representações desde as mais vulgares da juventude até a juventude como construção sociológica.

Pais (1990) descreve que histórica e socialmente a juventude vem sendo encarada como uma fase de instabilidade associada a problemas sociais. Os jovens frente a estes problemas quando não se esforçam para revertê-los podem ser interpretados como irresponsáveis ou desinteressados. Seriam estes os problemas: de inserção profissional, de droga, de delinquência, com a escola e com os pais, porém Pais (1990) faz refletir sobre se os jovens sentiram estes problemas como os seus!

Para Dessen e Polonia (2007) a família e a escola correspondem a dois ambientes de desenvolvimento humano. As instituições há qual o jovem se relaciona assumem um papel importante na construção da sua identidade, pois as mais variadas funções e responsabilidades já não estão diretamente ligadas ao contexto familiar, mas na relação com as instituições envolvidas (ELIAS, 1994).

2.2 Educação no Brasil como direito e a Constituição de 1988

A construção da escola como direito foi um processo construído ao longo dos anos. Quando fazemos menção desse acesso na época escravocrata, onde só os senhores donos de terras tinham o acesso à educação, na qual escravos e agregados, ñaraléò, ficava a margem deste acesso, como uma verdadeira exclusão (SOUZA, 2009).

Caminhando um pouco mais na história, mesmo com o advento definitivo do capitalismo industrial no Brasil, o acesso mudou pouco. O acesso era seletivo e restrito, localizado nas elites e nas camadas médias, quando comparado com toda a população que encontravam à margem, excluídas do acesso ao ensino. Este cenário começa a mudar quando o processo de urbanização e a crescente industrialização começaram a pressionar por uma demanda social, por educação, visto que o modelo econômico da época necessitava de recursos humanos para ocuparem setores tanto secundários como terciários da economia. É neste contexto que o Estado amplia à oferta de educação no país (FREITAS, 2009).

Portanto, a educação como um direito social no Brasil foi possível na Constituição Federal de 1988.

> A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988, artigo 205)

Além da Constituição, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996 complementam e regulamentam a educação como um direito. E reafirma que toda criança, adolescente e adulto devem ter acesso à escola e jamais pode ter este direito negado por falta de vagas.

Bourdieu ao analisar as desigualdades escolares faz menção ao capital cultural. Capital este, que está intimamente relacionado à ideia de conhecimento e as múltiplas formas de compreendê-lo, como também aos costumes e cultura, nos diferentes contextos, o que configura para Bordieu o que ele chama de ethos (PIES, 2012).

Para Bourdieu, a educação não é o bastante para superar as desigualdades sociais e econômicas, também como o acesso a educação não garantiria e/ou resolveria a igualdade de oportunidades entre os cidadãos. Para que o acesso a igualdade de oportunidades, sejam garantidos aos indivíduos é preciso levar em consideração, o desempenho dos mesmos bem como a origem social destes alunos. Desta forma, Bourdieu rompe com a ideia funcionalista de educação, como um espaço que garantiria acesso igualitário de oportunidade a todos (PIES, 2012).

A superação dos problemas econômicos e sociais, segundo Bourdieu, não pode ser superada apenas pela educação é preciso levar em conta a origem social destes

estudantes. A escola precisa estar atenta para não configurarem e legitimarem a desigualdade social, através da educação.

Levando em consideração à teoria de Bourdieu mencionada, habitus e história, possuem uma relação estreita, pois o habitus é entendido como um produto da história, e produzindo a história, o habitus é princípio gerador e estruturador da prática orientando ações individuais e coletivas em um processo de interação constante. Desta forma, aliar o capital cultural a este processo é fundamental, pois ele permite planejar e organizar as estratégias de ação (PIES, 2012).

Portanto, considerando a educação um dos direitos assegurado pelo ECA, faz-se necessário compreender e entender a relação jovem-escola. É buscando compreender esta relação que poderá ser possível identificar fatores que podem contribuir ou não para o baixo nível de escolaridade de jovens que se encontra em cumprimento de medida socioeducativa de privação de liberdade.

2.3 Relação do jovem com o ambiente escolar

Segundo Corbucci, Cassiolato, Codes e Chaves (2009) os jovens das camadas populares passam por dificuldades e barreiras no processo de escolarização, estes jovens apresentam baixos níveis de escolaridade, falta de condições de acesso como também a permanência no ensino, resultando em sucessivas reprovações e evasões, temporária ou definitiva.

O ambiente escolar, de acordo com Lopes *et al.*. (2011) é um espaço de valorização das diferenças. Ao analisar as diferenças vivenciadas no espaço escolar, como a evasão, a repetência e a violência, estas são vistas como ñfracasso escolarò ou como ñfracassos individuaisò, o que são ao certo fracassos sociais, intencionais e educacionais ou até mesmo pedagógicos.

Há um quesito do exercício do controle da escola, em que a mesma precisaria ser aceita e determinada, tendo consciência da grandeza dessa função e de seus contratempos, ligadas diretamente ao que Bordieu (1998) denomina ritos de instituição (BOURDIEU 1998 *apud* LOPES 2011). Tais ritos segundo Lopes *et al.* (2011), são provas, cadastros com dados e documentos, filas, esperas e disputadas, além disto, a entrada e a permanência na escola também se configura por diversos ritos, no qual todos são submetidos.

Dayrell (2007) relata que desde os anos 90, a educação foi priorizada e passou a receber alunos com contextos desiguais, com elevados índices de pobreza e violência, que restringe o futuro de jovens com relação a escola. A relação dos jovens de classe baixa com a escola é vista como uma nova forma de desigualdade social, que desencadeia uma escassez de possibilidades de mobilidade social para a maioria da população e formas inovadoras de dominação.

Padovani e Ristum (2013) revelam que a falta de interesse dos jovens pela escola foi provocado pela própria escola. Esta ao reforçar as características dos alunos, não percebe as diferenças, tornando-se um reprodutor de rótulos, o que impossibilita os jovens construir outras vivencia e possibilidades de novos papéis sociais. Criando assim, a exclusão de jovens no âmbito escolar.

2.4 Escola para os jovens envolvidos com atos infracionais

Os jovens em cumprimento de medida socioeducativa de privação de liberdade tem o direito à educação assegurada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) Art.53, mesmo que o regimento não permita a saída dos jovens, o espaço de cumprimento de internação inclui uma escola para a continuação de seus estudos. Desta forma a escola configura-se em um dos eixos da medida socioeducativa.

Os jovens em cumprimento de medida de privação de liberdade apresentam um déficit de escolaridade significante, um estudo realizado por Pereira, Reis e Costa (2015) apresenta um universo de 5.776 jovens, 99,5% são estudantes de escolas públicas. Do total de casos com informação sobre escolaridade, 7,9% não estudam e 0,1% é analfabeto. O maior número dos adolescentes, 1.198, que corresponde a 20,7 %, encontra-se na 6º série, sendo que 72% estão no ensino fundamental e 53,9% ainda não o concluíram.

Compreender o significado da escola para jovens é fundamental para identificar como estabelece a relação ora de pertencimento ora de exclusão. Visto que estes jovens dispõem do direito ao estudo e obrigatoriedade a frequência escolar.

Tomamos como referencia uma pesquisa realizada por Padovani e Ristum (2013) com jovens em cumprimento de medida socioeducativa de internação, que buscou apresentar como estes jovens veem este novo contato com a escola na internação.

O que se percebe é que a educação para estes jovens era algo distante de seu convívio, e que agora se torna uma oportunidade para a construção de nova história e novos papéis sociais. A percepção destes jovens sobre a escola foi destacada por um ñcomo um espaço de transformação de si e da realidadeò (PADOVANI e RISTUM 2013).

Para estes jovens a escola configura-se como uma mudança pessoal e social. Desta forma, esta deveria assumir um caráter enriquecedor, que reconhecesse os potenciais destes jovens a fim de proporcionar novas experiências de vidas (TEJADAS, 2005 apud PADOVANI e RISTUM 2013).

A escola e a educação como ferramentas, aliadas a outros dispositivos, são possibilidades para romper o círculo de exclusão, pois se configuram como acessos para oportunidades positivas, rompendo com os estigmas que circundam a vida destes jovens (SARAIVA 2006 apud PADOVANI e RISTUM 2013).

Desta forma, Padovani e Ristum (2013) relatam que a escola na internação pode tornar-se interessante para os alunos, da mesma forma, acredita que as escolas fora dos muros da internação podem também, para isso é preciso que realizem mudanças no modelo atual de se (co) relacionar com o jovem.

3 MÉTODO

Este estudo está vinculado ao projeto de pesquisa intitulada ñAdolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de privação de liberdade: tempo de permanência no sistema e o impacto da medida na vida dos adolescentesò, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG, edital 07-2012, parecer nº 535510.

O estudo foi realizado através de uma pesquisa qualitativa que segundo Minayo e Sanches (1993) é um estudo que tem como objetivo, aprofundar na complexidade de fenômenos, fatos e processos particulares específicos de grupos mais ou menos delimitados em extensão e capazes de serem abrangidos intensamente. Esse método viabiliza compreender valores, crenças, representações, hábitos, atitudes e opiniões. Isso faz com que este método seja o melhor método a se trabalhar de acordo com os objetivos a serem investigados (MINAYO e SANCHES, 1993).

Participantes:

Participaram deste estudo oito jovens que se encontram em cumprimento de medida socioeducativa de privação de liberdade no Estado de Minas Gerais. Como critério de inclusão, foram selecionados jovens do sexo masculino, com idade entre 12 a 18 anos.

Instrumento e Procedimento:

Para o levantamento de dados foram utilizadas entrevistas semiestruturadas com os jovens, para compreender como era o seu contexto antes do cumprimento da medida internação e os fatores que culminaram para que estes jovens abandonassem precocemente o ambiente educacional.

Para análise dos dados foi aplicado à técnica de análise de conteúdo das entrevistas. Segundo Franco (2003) a análise de conteúdo ñé a mensagem seja ela verbal (oral ou escrita), gestual, silenciosa, figurativa, documental ou diretamente provocada.ò Visto isso trabalhamos com essa análise devido se atentar melhor com o conteúdo na pesquisa, pois buscamos identificar significados e sentidos no texto.

Com isso, após a transcrição, foi realizada a categorização feita com o programa AtlasTi em 3 categorias: escolaridade dos jovens, percepção do jovem

sobre a relação com a escola aspectos negativos e positivos e a escolaridade dos familiar.

4 RESULTADOS

4.1 Escolaridade dos jovens

De acordo com as falas dos jovens percebe-se que uma parcela significativa interrompeu os estudos precocemente. O grau de repetência aparece de forma considerável nas falas, além do afastamento por alguns anos.

Entrevistador: Você parou de estudar em qual série?

Adolescente: na quarta

Adolescente: Repeti dois anos ainda

Adolescente: Acho que eu parei de estudar foi em 2012, fiquei um ano sem estudar.

Os jovens justificam o fato de não continuarem aos estudos ora está vinculada a falta de tempo devido ao envolvimento com a criminalidade, ora aparece pelo simples fato de não gostar da escola, ou mesmo por motivos que desconhecem devido à idade ainda tenra de exclusão escolar, alguns jovens dizem que pararam de estudar por que estava no ñmundãoò, por motivos de venda de drogas e por motivos que os mesmos desconhecem as saídas são descritas a seguir:

Entrevistador: você já parou de estudar?

*Adolescente: quando eu tava no **ñ**mundão**ò**, parei*

Adolescente: Nao sei porque sai da escola foi pequinininho

Adolescente: com os dez anos

Adolescente: por ai eu nem estudava

4.2 Percepção do jovem sobre a relação com a escola- aspectos negativos e positivos

Nas falas a seguir os jovens remetem a aspectos pessoais sobre percepções negativas do ambiente escolar trazendo fatos ocorridos e questionamentos interpessoais em relação a um grupo social pertencente ao ambiente de estudo.

Entrevistador: Certo. O que você falou que gostava de matemática e geografia você já não gostava, mais alguma coisa que você não gostava?

Adolescente: Da diretora.

Adolescente: Ela me expulsou da escola.

Adolescente: Eu coloquei uma bomba lá, no banheiro.

Adolescente: Os menino playboyzinho.

No trecho a seguir os adolescentes relatam o porque gostavam da escola, informa sobre o comportamento adotado pela mesma, além das relações de convivência e os valores familiares adotados.

Entrevistador: A escola do seu bairro era considerada uma boa escola ou uma escola ruim?

Adolescente: Era boa.

Adolescente: Ela me passou de ano atoa. Ela me chutou.

Adolescente: Ela passou eu. Eu tinha tomado bomba e ela foi lá e passou eu.

Adolescente: Eu gostava mesmo era por causa dos amigos e assim minha mãe me falava muito, que escola ia me ajudar aí eu fui indo, fui indo e comecei a gostar. Mas eu gostava só de matemática também.

Para alguns jovens a escola é um espaço no qual se identificam e apresentam interesses. As falas demonstram que o interesse dos jovens pela escola, quando existia, se restringia as atividades de lazer, esporte e convivência com as meninas. O adolescente que mencionava a disciplina como interesse relacionava pela conduta do professor.

Entrevistador: O que você gostava, e o que você detestava?

*Adolescente: No eu gostava da aula de matemática demais lá na escola, a professora da hora**é***

Adolescente: Mo gente boa demais.

Adolescente: Era, sô bom em matemática. Ai geografia era chato demais, a professora falava... ... mais eu gostava mais ou menos de história.

Adolescente: jogar bola também.

Adolescente:: das menina.

Adolescente: A colônia de férias.

Adolescente: gostava só de educação física.

Nota-se que algumas mães cobram destes jovens a frequência na escola, muitas vezes usam a punição como, agressões físicas de forma a controlar e ter acompanhamento da presença do filho na escola. Na fala a seguir os jovens ilustram como a punição torna-se um recurso destes pais:

Entrevistador: ah sua mãe achava que você tava indo pra escola?

Adolescente: é ela achava que eu tava indo pra escola, mas eu não tava na escola, ai depois que veio um bilhetim la do juizado lá que a casa caiu tudo

*Adolescente: Tomei uma coça ne, tomei uma **ñ**coça**ò** dela porque tem que tomar uns **ñ**corin**ò** de vez em quando pra poder, ai eu tomei uma **ñ**coça**ò** e ai não adiantava, não estudava mesmo, ai teve uma hora que ela parou de falar comigo e deixou, e falou comigo mais pra frente você vai sentir falta, pode ter certeza vou te falar mais não. Ai o que, que aconteceu, agora o na quinta série, passei de série no outro sócio- educativo, a que vou passar também, porque as nota tá tudo boa graças a Deus.*

A escola também apresenta algumas formas de punições para com estes jovens que não cumprem as normas, utilizando de ocorrências, suspensões e expulsões como recursos, além de lançarem mão de mais um mecanismo de controle, o Conselho Tutelar. Desta forma, a escola atua de forma punitiva, podendo ser verificado nas falas destes jovens.

Adolescente: Ela me expulsou da escola.

Adolescente: Eu coloquei uma bomba lá, no banheiro.

Adolescente: Ah, eu tomava muito ocorrência, esses negócio assim. Tomava suspensão

Adolescente: Ixi, eu ficava xingando dentro de sala, brincando muito, aí tomava ocorrência.

Entrevistador: mas de repente você parou , começou a matar aula, matar aula.. ai eles te expulsaram..?

Adolescente: Não chamou o conselho tutelar pra mim

Adolescente: ai foi la, eles levaram meus irmaos, que nao tava frequentando a escola também não

Adolescente: ai eu fugi ué, fugi de la e fui embora pra casa de volta

A percepção dos jovens no papel de aluno apresenta-se fragilizado e desvalorizado, como é apresentada abaixo, além de como a questão socioeconômica apresenta-se na escola como uma visão de poder na percepção destes jovens:

Entrevistador: Como é que era seu comportamento como aluno?

Adolescente: Era ruim.

Adolescente: A ia fala que eu sou bagunceiro, que num faço nada.

Adolescente: insuportável

Entrevistador: então se eu pergunta pra algum professor como era você o que ele me responderia?

Adolescente: não participava muito da aula, não fazia nada.

Adolescente: também eu só bagunçava

Entrevistador: Tinha facilidade assim, de ir pra escola...

Adolescente: Tinha, mas a diretora não queria me aceitar não.

Adolescente: Porque eu era muito aprontão.

Adolescente: ah es ia responder assim: muito mulherengo demais, brincalhão, gostava de zuar também, brincar com as pessoas, zuando era bricaram mulherengo, dentro de sala também eu era muito.

Entrevistador: Como é que era lá na sua escola, pra entrar na escola, pra estudar? Tinha facilidade, você sabe se sua mãe teve dificuldade pra te matricular?

Adolescente: Ah, teve um pouco.

Adolescente: Ah, tipo assim, tinha uns meninos que era mais de classe lá, estudava menino de classe, pra pó nós que era do bairro, meu bairro era mais ou menos, ai pra entrar lá é difícil, ai começou a mostrar que também tinha condição, ai es foi e matriculou eu... mas foi ... concerta não por causa dessa professora ai.

4.3 Escolaridade dos familiares

De acordo com as falas destes jovens, percebe-se que a escolaridade dos pais, tias (os) e padrastos que compõem esta estrutura familiar é baixa, de acordo com os relatos dos jovens, sendo que alguns familiares nunca estudaram e outros os jovens desconhecem a escolaridade dos familiares, apenas dois familiares mãe e tia estão cursando o 2º grau do ensino médio.

Percebe-se através das falas a seguir que a escolaridade dos familiares é mais baixa que dos adolescentes, a maioria estudaram até o ensino fundamental, tendo a quinta série como a escolaridade máxima dos familiares.

Adolescente: Primeiro ano? E o seus pais? Eles estudaram?

Adolescente: Ham, até a terceira série.

Adolescente: Na época deles num tinha caderno esses trem direito não.

Adolescente: Sei só da minha mãe.

Adolescente: Terceira série.

Adolescente: Ela ta fazendo a oitava.

Entrevistador: A, ela ta estudando hoje? Da sua irmã, você sabe?

Adolescente: Quarto ano.

Entrevistador: E seu pai? Você lembra se estudou?

Adolescente: Foi até a sétima.

Adolescente: Minha tia ta no segundo.

Entrevistador: Do segundo grau? Ta estudando também?

Adolescente: Ta.

Entrevistador: Cê sabe até qual série sua mãe estudou?

Adolescente: Sei não.

Entrevistador: e do seu padrasto cê sabe?

Adolescente: Num tenho a mínima ideia.

Entrevistador: Você sabe até que série sua mãe estudou?

Adolescente: não

Entrevistador: e o seu pai?

Adolescente: tem pai não

Entrevistador: Você sabe a escolaridade da sua mãe até que série ela estudou?

Adolescente: Ela nunca estudou não

Adolescente: minha outra tia, tem uma outra tia que nao estudou também não

Adolescente: todo mundo é analfabeto

Entrevistador: E seus irmãos estão estudando agora?

Adolescente: Meus irmãos de quatorze pra baixo ta estudando, o de maior não ta não. O de maior já ta trabalhando, ele já estudou também, acho que foi até a oitava série ta trabalhando.

Entrevistador: Você conhece alguém que estudou e se deu bem no trabalho ou como pessoa?

Entrevistado: Minha prima.

Entrevistador: O que aconteceu com ela?

Entrevistado: Ela virou gerente do Mac Donald.

Adolescente: meu tio terminou a faculdade, minha vó acho que fez até a quinta série eu acho.

5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

5.1 Perfil dos jovens em cumprimento de medidas socioeducativas no Brasil

De acordo com os dados levantados no *Mapeamento Nacional;* revela que 90% dos jovens que cumprem medida socioeducativa de privação de liberdade são do sexo masculino e as meninas internadas representam cerca de 6%. Em relação a cor e raça dados mostram que 60% dos adolescentes privados de liberdade no Brasil, são afrodescendentes, 21% são pretos e 40% são pardos (SILVA & GUERESE, 2003). Dados estes que assemelham com o Mapeamento Nacional da Situação do Atendimento dos Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas, revela que 90% dos jovens internados são do sexo masculino, com idade entre 16 e 18 anos, mais de 60% da raça negra; 51% não frequentavam a escola e quase 50% não concluíram o ensino fundamental (MINISTÉRIO PÚBLICO, 2002).

De acordo com Assis (2005) em 2002 o número de adolescentes em que se encontrava em privação de liberdade, que cometeram atos de maior gravidade ou foram reincidentes, era de 9.555. Um fator que contribui para o envolvimento de jovens no mundo infrator são os problemas escolares. Os jovens em conflito com a lei abandonam a escola muito cedo, apresentam dificuldades de conciliar escola com o trabalho informal, como também o desinteresse devido às repetidas reprovações, desentendimento com professores e colegas e a escassez de supervisão dos familiares que se refere à frequência escolar.

No mapeamento realizado em 2002 pelo IPEA, 51% dos adolescentes que estão em privação de liberdade não frequentam escola e não trabalhava 49%, sendo dos que trabalhavam 40% exerciam atividades informais, 89,6% não concluíram o ensino fundamental e 6% são adolescentes analfabetos (SILVA & GUERESE, 2003).

5.2 Abandono Precoce

No que se refere ao abandono precoce da escola dos jovens pesquisados, verifica-se uma similaridade com o estudo realizado por Gallo e Willians (2008), no interior de São Paulo, o que explica que o abandono precoce da escola está vinculado ao desinteresse, aos conflitos, aos fracassos escolares, a infrequência e a suspensão das aulas.

Ao confrontar este estudo com a pesquisa realizada, os fatores desencadeadores deste abandono se assemelham. Os jovens justificam que o fato de não darem continuidade aos estudos está associado ao envolvimento com o tráfico que lhe tomando tempo, ao desinteresse pela escola, aos fracassos escolares e a não frequência escolar. Por sua vez a escola adota medidas para com aqueles jovens que nela permanece e que apresentam comportamentos disruptivo adotam algumas medidas com o intuito de ñcontrolarò estes jovens no contexto escolar.

Assim, quando o jovem infringe as normas escolares a mesma utiliza de algumas formas de punições, empregando de ocorrências, suspensões e expulsões. Esta realidade não é diferente da apresentada por Gallo e Willians (2008) que refere que o maior problema enfrentado pela escola ao lidar com jovens em conflito com a lei são seus comportamentos disruptivos, desta forma utilizam de medidas punitivas que por consequência facilitam a evasão escolar destes jovens. Apresentam ainda que os professores brasileiros não estão preparados para lidarem com estes jovens e não recebem nenhuma capacitação.

Embora exista uma diretriz para inclusão de jovens em conflito com a lei no sistema regular de ensino, os jovens em cumprimento de medida são constantemente expulsos pelo sistema, que por sua vez apresenta dificuldades em lidar com seus comportamentos. De acordo com Gallo e Willians (2008) a partir do momento que há o reconhecimento do problema, da exclusão dos alunos e a incapacidade da escola em relacionar com eles, recursos poderiam ser inseridos a essas escolas, como capacitar professores a lhe dar com alunos que apresentam um comportamento difícil e que precisam de uma atuação mais próxima, como salas com número reduzido de alunos, além de aconselhamento e o apoio psicológico.

É preciso que as escolas construam outras possibilidades para os jovens e desmistifiquem os rótulos já adotados, que valorizem as diversidades e compreendam os comportamentos destes jovens é a partir de uma relação pautada no respeito, em uma convivência harmônica, na autonomia, responsabilidade e o sentimento de pertencimento e valorização, que possibilitará ao jovem acreditar em oportunidades que até então não vistas como possíveis (PADOVANI e RISTUM 2013).

Segundo Freitas (2009) a dois fatores que ele se refere como determinantes para uma trajetória de vida marcada pelo fracasso escolar e em seguida profissional, a desorganização familiar e má-fé institucional. A má-fé institucional configura-se em um padrão de ação institucional que dependendo do lugar que o indivíduo ocupa na

sociedade, os recursos materiais e simbólicos que as instituições oferecem podem ser de forma diferente. Portanto, o que se vê é que o fracasso coletivo de uma classe se obscura, sendo visto por todos e por aqueles que o sofrem, como um fracasso individual e de sua responsabilidade.

Na Constituição Federal Brasileira de 1988, no Art. 227, que se refere:

> É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (CF/88, 2010, s.p).

Desta forma o presente artigo da Constituição Federal Brasileira 1988, dispõe que toda criança e adolescente são sujeitos de direitos, e assim a família, a sociedade e o Estado apresentam como um pilar importante no qual deverão estar articulados para que garantam e assegurem estes direitos (PRATES *et al.*, 2011).

A família assim torna-se um importante espaço de socialização do sujeito ela é o primeiro grupo social no qual o sujeito faz parte, onde são transmitidos valores, crenças, ideias e significados que estão presentes no âmbito social (KREPPNER, 2000 apud DESSEN e POLONIA, 2007). Portanto, a família tem um importante papel e influencia na conduta do sujeito, principalmente das crianças e jovens na construção das suas relações sociais (DESSEN e POLONIA, 2007).

Portanto, a família é a primeira mediadora entre o sujeito-sociedade, é através dela que o sujeito aprende a solucionar conflitos, controlar emoções e sentimentos interpessoais, a lidar com diversidades e adversidades da vida (WAGNER 1999 apud DESSEN e POLONIA, 2007). Todas estas habilidades, se assim podemos dizer, são fundamentais e repercute em outros ambientes em que o sujeito participa (DESSEN e POLONIA, 2007).

Desta forma, como no contexto familiar, outros espaços também assumem um papel importante na construção da identidade do sujeito, como a escola, ambiente que busca proporciona trocas de saberes e a socialização entre os sujeitos.

Ao correlacionar as vivências oriundas do seio familiar e da escola apresentados na literatura, com os relatos dos adolescentes, deparamos com uma fragilidade do vínculo adolescente-escola que estão em cumprimento de medida

socioeducativa. Alguns autores apresentam o porquê a relação adolescente-escola encontra-se tão frágil, o que permite compreendermos esta relação nos dias de hoje.

Hoje a evasão e a repetência escolar são alguns problemas preocupantes na relação fragilizada com escola. A estrutura familiar também é importante para que o aluno permaneça na escola, de outro modo à família é um percurso para evitar ou intensificar a evasão e a repetência escolar. Alguns comportamentos podem vir a contribuir para este quadro, como ausência de hábitos de estudos, falta às aulas, ou o próprio comportamento do sujeito (FITZPATRICK & YOLES, 1992 *apud* DESSEN e POLONIA, 2007). Comportamentos estes que se observa nas falas dos jovens em cumprimento de medidas. Relatam que o envolvimento com o crime, por exemplo, exigia muito tempo, não frequentando a escola como consequência, como também se distanciando do convívio familiar, devido à falta de tempo. A partir deste momento, observa-se que a relação destes jovens com a família e a escola se transfere para aqueles que faziam parte de seu convívio, por exemplo, no tráfico de drogas.

Complementando essa discussão, Pereira, Reis e Costa (2015) apontam que a inserção de jovens em atividades ilícitas (tráfico, roubo, furto dentre outras infrações) possa esta associada a baixa escolaridade somada às dificuldades financeiras e restrição à entrada no mercado de trabalho.

Evidenciam desta forma, que estes jovens que referem de seus comportamentos inadequados em sala de aula e a falta de participação como aluno estão estes subjulgados, fadados ao fracasso, pois não se ajustam as exigências escolares.

5.3 Visão do jovem sobre a escola

A visão destes jovens sobre a escola não se diferencia com o que é apresentado na literatura. Alguns jovens relatam as constantes ocorrências, suspensões e até mesmo expulsões da escola frente seus comportamentos Gallo e Willians (2008) afirmam que as maiores dificuldades que a escola encontra frente a estes jovens são seus comportamentos, o que leva a mesma adotar recursos como ocorrências, suspensões, expulsão dentre outros, como medidas coercitivas, ocasionando na evasão destes jovens da escola.

Para alguns jovens da pesquisa a escola apresenta-se como um espaço de interesse em contra partida para outros se apresenta uma relação frágil e sem

motivação. Esta relação com a escola esta intimamente ligada com o convívio entre as pessoas que fazem parte dela, como foi possível observar nas falas destes jovens. Observa-se que a relação com o professor reflete no prazer em estudar determinada matéria, enquanto os recursos utilizados pela escola como medidas corretivas fragiliza o vínculo.

Para estes jovens a relação com o outro se configura como um incentivo para continuar os estudos como até mesmo para torna a escola como um espaço de interesse. É nesta relação pautada de significado que a escola pode possibilitar a estes jovens um olhar para uma realidade até então não percebida como possível valorizando assim a personalidade destes sujeitos e a escola.

Quando a escola valoriza o potencial do sujeito, ela permite que o mesmo leve elementos de seu contexto podendo ser introduzido nas disciplinas, tornando a sala de aula um espaço de troca, experiências e vivências de vida, unindo a experiência aos conhecimentos educacionais (PADOVANI e RISTUM 2013). Talvez seja nesta perspectiva de um novo modo de educação que as escolas poderão ser um espaço de valorização para estes jovens rompendo os estigmas enraizados que estes carregam.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A interrupção precoce dos estudos, levantado por esta pesquisa demonstra a fragilidade do vínculo dos jovens com o ambiente escolar, marcada por recorrentes repetências, ocorrências, suspensão e expulsão devido aos seus comportamentos que infringiram normas da escola como também o envolvimento com a criminalidade, que potencializaram a evasão precoce no ambiente escolar.

É importante atentar, por mais que esses jovens frequentam a escola durante o cumprimento de medida socioeducativa, sendo está um dos eixos da medida, a maioria destes jovens reconhece a escola como fracasso, podendo analisar que não consideram este ambiente como um espaço pertencente e de valorização.

Contudo, para minimizar essa fragilidade do vínculo destes jovens com o ambiente escolar é necessário uma intervenção mais ampla, é preciso que a escola construa outras possiblidades para os jovens e desmistifiquem os rótulos já adotados, favorecendo e possibilitando o acesso a uma educação pauta no respeito e valorização de papéis sociais.

REFERÊNCIAS

ADORNO, S. BORDINI, E.B.T. LIMA, R.S.de. O adolescente e as mudanças na criminalidade urbana. *São Paulo Perspec*. v.13, n.4, Oct./Dec. 1999, São Paulo.

ASSIS, S.G. CONSTANTINO, P. Perspectivas de prevenção da infração juvenil masculina. *Ciência & Saúde Coletiva*. v. 10. n.1, Jan/Mar. 2005.

BRASIL.Constituição da República Federativa do Brasil, 35. ed. 2012. Disponível em http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/15261/constituicao_federal_35ed.pdf. Acesso em 04 de setembro de 2015.

COUTINHO, M.P.L., *et al.* Prática de privação de liberdade em adolescentes: um enfoque psicossociológico. *Psicologia em Estudo, Maringá,* v. 16, n. 1, p. 101-109, jan./mar. 2011.

CORBUCCI, P.; CASSIOLATO, M. M.; CODES, A. L.; CHAVES, J. Situação educacional dos jovens brasileiros. In: CASTRO, J.A. de; AQUINO, L.M.C. de; ANDRADE, C.C. (Orgs.) *Juventude e políticas sociais no Brasil*. Brasília: Ipea, 2009

DAYRELL, J.. "A escola ñfazò as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenilò. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 28, n. 100, Out. 2007.

DESSEN, M.A. POLONIA, A. C. *A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano.* Ribeirão Preto, v. 17, n. 36. Jan./Abr., 2007.

ELIAS, Norbert. *A Sociedade dos Indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p.201, 1994.

FRANCO, Maria L. P. Barbosa. Análise de conteúdo. *Brasília: Plano Editora.* p.13, 2003.

FREITAS, L. A instituição do fracasso a educação da ralé. In: SOUZA, J. *Ralé Brasileira quem é e como vive.* Belo Horizonte. Ed. UFMG. 2009.

GALLO, A. E., WILLIAMSA, L. C.A. Escola como fator de proteção à conduta infracional de adolescentes. *Cadernos de Pesquisa*, v. 38, n. 133, jan./abr. 2008.

GRANGEIRO, M.B.S. *Adolescência:* a capacidade da família em superar os conflitos dessa fase. Rio Janeiro, fev. 2010.

LOPES, R.E. *et al.* Oficinas de atividades com jovens da escola pública: tecnologias sócias entre educação e terapia ocupacional. *Interface comunicação saúde educação*. v. 15, n.36, p. 277-88. Jan/mar 2011.

MINAYO, M.C. de S. SANCHES, O. Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade? *Cad. Saúde Públ.*, Rio de Janeiro, v. 9, n.3, p. 239-262, jul/set, 1993.

PADOVANI, A. S. RISTUM, M. A escola como caminho socioeducativo para adolescentes privados de liberdade. *Educ. Pesqui*., São Paulo, v. 39, n. 4, p. 969-984, out./dez. 2013.

PAIS, J. M. A construção Sociológica da juventude alguns contributos. *Análise Social*. v. XXV, n. 1. 2, p. 139-165, 1990.

PEREIRA, T.C.S., REIS, J.N., COSTA, L.A. Autor e vítima: a vulnerabilidade social de jovens que cometeram atos infracionais em Belo Horizonte. *Rev Ter Ocup Univ São Paulo*. v. 26, n. 2, p. 258-66, maio-ago.2015.

PIES, N. Processo educacional em Pierre Bordieu. *Rev. Espaço Acadêmico*. n.134, julho de 2012.

PRATES, A.C.B. *et al*.l. A escola sob as perspectiva do adolescentes em medida socioeducativa. *Intertem@ s Social***.** v. 6, n. 6. São Paulo, 2011.

SILVA, E. R. A., & GUERESI, S. Adolescentes em conflito com a lei: situação do atendimento institucional no Brasil. *Ipea, Brasília*. v.16, n. 23 p. 60, ago, 2003.

VILAR, L. da V. *Adolescente infrator e medidas socioeducativas.* 2004. Universidade Candido Mendes, Rio de Janeiro, 2004.

ZANELLA, M.N. Adolescente em conflito com a lei e escola: uma relação possível? *Rev. Bras. Adolescência e Conflitualidade*. v. 3, p. 4-22. 2010.

Presidência da República Casa Civil -Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acessado em 05 de outubro de 2013.

Mapeamento Nacional do Sistema de Atendimento Socioeducativo: sumário dos resultados. Disponível em: <https://www.mprs.mp.br/infancia/estudos/id423.htm>. Acessado em 02 de novembro de 2015.

ANEXO I

ROTEIRO SEMIESTRUTURADO DE ENTREVISTA

Estudo (antes de entrar no socioeducativo)	
1.	Qual a escolaridade dos seus pais ou familiares próximos? (PIA)
2.	Você estuda ou já estudou? (PIA)
3.	Qual série você estava antes de entrar no socioeducativo? E qual série esta atualmente? (PIA)
4.	Onde você morava você tinha facilidade de ir à escola? Era longe ou perto da sua casa?
5.	A escola era um local onde você aprendia coisas que não aprendia em casa ou na rua? Quais?
6.	Você gostava de ir à escola? Poderia me dizer o que gostava e o que você não gostava na escola?
7.	O que você fazia na escola? Com quem?
8.	Você tinha amigo/colega na escola? Você convivia com eles fora da escola?
9.	Se algum dia você faltasse à escola alguém chamaria sua atenção? Faltar à escola tinha alguma consequência na sua casa? E na escola?
10.	Como era o seu comportamento como aluno? O que os professores e colegas achavam de você na escola?
11.	Você alguma vez parou de ir à escola? Por quê?
12.	Você conhece alguém que estudou e que se deu bem no trabalho e como pessoa? Por quê? - para que serve a escola? → Orientações para o entrevistador